



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 03/2022

Data da Sessão Ordinária

24 de junho de 2022

Início

20:30 horas

Termo

23:35 horas

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo, cento e quatro, de nove de junho de dois mil e vinte e dois.-----

Após apresentar os respetivos cumprimentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Senhora Deputada Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária, estava com um problema de saúde, tendo justificado a sua falta, pelo que solicitou à Senhora Deputada Municipal Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, para ocupar o lugar de Segunda Secretária da Assembleia da Mesa da Assembleia.-----

De seguida, procedeu-se à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Carla Alexandra Pereira Silvério, Carmen Dolores Gomes da Silva, Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Luís Manuel Marques Rodrigues, Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia; José Manuel Ricardo, Paulo Gameiro Sena Freitas e Ana Luísa Cartaxo Manique.-----

Faltaram a esta Sessão o Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias e as Senhoras Deputadas Municipais Maria Teresa Braz de Matos Gaspar e Vanessa Isabel do Nascimento Almeida, tendo os mesmos apresentado justificação.-----

Ocupou o lugar na Bancada do Partido Socialista em substituição da Deputada Municipal Vanessa Isabel do Nascimento Almeida, a Senhora Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, pela Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio e pelos Senhores Vereadores Pedro José Lopes Pereira e Alexandre Emanuel Ramos Marques.-----

Também estiveram presentes para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, o Senhor Mikael Dias, Técnico Superior e o Senhor Daniel Oliveira, Técnico de Informática, funcionários da Autarquia, no apoio logístico à Assembleia Municipal.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária –

Carla Alexandra Pereira Silvério, Segunda Secretária - Filipa Alexandra Rosa Amante
Ferreira.-----
Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia
Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem
do Dia.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido entre
o dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois e vinte e quatro de junho dois mil e
vinte e dois.-----
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ata número um, da sessão
ordinária de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, para análise e aprovação.
Tendo sido aprovada por unanimidade, com as correções propostas.-----
Não participou na votação a Senhora Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral.-----
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados
Municipais se pretendiam efetuar alguma intervenção neste período antes da ordem do
dia.-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputado Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa,
do Partido Socialista referindo que a Bancada do Partido Socialista pretendia apresentar
uma Recomendação ao Executivo relacionada com a onda de assaltos e vandalismo
verificados no concelho. (**Anexo I**)-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Recomendação a votação para
análise e discussão, sendo a mesma aceite por unanimidade.-----
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados
Municipais se pretendiam intervir sobre o conteúdo da Recomendação.-----
Pedi a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim,
da CDU-Coligação Democrática Unitária referindo que a sua Bancada estava de acordo
com a Recomendação, particularmente sobre a intervenção do Senhor Presidente da
Câmara Municipal junto das entidades que superiormente tutelavam o Posto da Guarda
Nacional Republicana, com a adoção de mais meios, quer humanos, quer materiais, motivo
pelo qual iriam votar favoravelmente esta Recomendação. Deixava, no entanto, a ressalva
de uma questão que não parecia muito cordial, que tinha a ver com o facto do Senhor
Presidente da Câmara Municipal interceder junto do Comandante do Posto para fazer
patrulhas inopinadas. Recomendar como se deveria trabalhar naquela entidade, não lhe
parecia bem.-----
-----Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a

Recomendação a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade, seguindo os seus trâmites normais.-----

O Senhor Presidente Assembleia Municipal questionou as diferentes Bancadas se pretendiam fazer mais alguma intervenção neste período Antes da Ordem do Dia.-----
Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU- Coligação democrática Unitária, referindo que pretendia fazer uma intervenção relacionada com a edição das “Pomonas Camonianas - 25 anos de Pomonas Camonianas”, começando por referir que depois de dois anos de interrupção das Pomonas Camonianas devido à Pandemia, viu que as Pomonas Camonianas tinham voltado a ser cartaz na Vila de Constância. Recordou que na intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal na primeira edição, se tinha referido a um novo formato para as Pomonas Camonianas. Acrescentou que, não existia mal nenhum na evolução das coisas, mas, neste caso concreto das Pomonas Camonianas, não se tratava de uma festarola! Tinha vários objetivos, sendo um deles; homenagear Camões, um poeta que dizia muito a Constância e ao País. Por outro lado, era uma festa que envolvia a comunidade e as entidades, diria mesmo que era uma festa da comunidade. Quando se referia à comunidade, referia-se à comunidade escolar, associações, população, pais, Casa Memória de Camões, Câmara e Juntas de Freguesia. Posto isto, referiu que não havia mal nenhum que Camões fosse um pilar do desenvolvimento turístico e estratégico e que a Câmara Municipal deveria ter em conta, do ponto de vista turístico/económico para o Concelho. Referiu ainda, a participação dos alunos, professores, pais e associações, nas tasquinhas, no entanto, era da opinião de que para o próximo ano o executivo deveria ter mais atenção nalguns aspetos, designadamente no número de participantes. Poderiam dizer que a escola é que organizava e que os alunos poderiam não ter querido participar. Sem saber se tinha sido assim ou não, o que tinha visto tinha sido; menos barraquinhas, menos bancas, menos representatividade de flores e frutos, menos jovens trajados principalmente rapazes, menos professores envolvidos, ingredientes que faziam as Pomonas. Reforçou a ideia de que era importante que os alunos interiorizassem a importância e continuidade da questão camoniana. Para que a tradição pudesse continuar, teria que ser através da motivação dos nossos jovens. No respeitante ao teatro que tinha passado no dia nove, referiu que não tinha gostado tanto, mas, cada um tinha o direito ao seu próprio pensamento. A “Alice no País das Maravilhas” numa Festa Quinhentista, talvez não tivesse sido o mais adequado para a ocasião. Eram opções. Continuou a sua intervenção apontando mais alguns pormenores que em sua opinião não tinham estado bem, como por exemplo a música renascentista. Em determinada altura ouvia-se mais o Quim Barreiros do que a música renascentista. Resumindo, o que pretende transmitir era

que se tratava de uma festa da comunidade, feita pela comunidade, mas em que a Câmara Municipal deveria ser o pivô na organização. Quando a Escola ou a Associação Casa Memória de Camões, duas das entidades organizadoras do evento, não mostravam tanta disponibilidade, teria que ser a Câmara Municipal a puxar, sob pena de tudo aquilo que tinha sido construído há vinte e cinco anos a esta parte, fosse perdendo importância. Dos aspetos positivos, realçou o facto da cerimónia da inauguração das Pomonas Camonianas, ter sido com os convidados sentados e à sombra e num lugar com vista para o rio. Para terminar, referiu que Camões fazia parte da identidade do concelho sendo necessário iniciar a sua preparação no início do ano letivo, com tempo suficiente para o conselho pedagógico poder preparar e aprovar as atividades do ano. Esta era a ideia que gostaria de deixar.

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Colligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada pretendia apresentar uma Moção, intitulada "Pela melhoria de cuidados de saúde, pela defesa do Serviço Nacional de Saúde". (Anexo II)

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou esta Moção a votação para aceitação e discussão, sendo a mesma aceite por unanimidade. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguma Bancada pretendia intervir.

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que, relativamente à Moção, tirando uma ou outra expressão que deveriam ser substituídas, não se opunham à mesma, aproveitando para questionar o Senhor Presidente da Câmara, qual era a situação atual no Concelho de Constância, quer no Centro de Saúde, quer na Extensão de Saúde, relativamente aos médicos de família?

Em resposta à Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que relativamente à situação dos cuidados de saúde primários no Concelho de Constância, naquele momento, a situação era a seguinte: a Doutora Lurdes, assegurava três dias por semana em Santa Margarida da Coutada e a Doutora Júlia assegurava os outros dois dias a tempo inteiro naquela localidade. Em Constância, a Doutora Ema assegurava o serviço a tempo inteiro, a Doutora Júlia, prestava um dia de serviço e a Doutora Elisabete também fazia algum serviço. Na extensão de saúde de Montalvo, estava a Doutora Elisabete. Neste momento, o Concelho era servido por quatro médicos, três do quadro do Serviço Nacional de Saúde e uma, a Doutora Júlia, prestadora de serviços à população de Santa Margarida. Não era o ideal, mas como tinha referido a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes

da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, em comparação com concelhos vizinhos que tinham extensões de saúde fechadas há meses, o concelho estava numa situação que não sendo a ideal, não era assim tão má.-----

Referindo-se ao Gabinete de Saúde Oral, estava previsto entrar em funcionamento no dia um de julho com um médico dentista que atenderia às segundas e quartas feiras das oito horas às dezoito e, às sextas feiras de manhã. As pessoas que iriam ao médico dentista, seriam referenciadas pelo médico de família, ou, pelo médico Assistente do Serviço Nacional de Saúde, sendo estas as informações que tinha para dar.-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que, dada a importância do assunto, pretendia fazer uma correção. Tinha conhecimento que a Doutora Elisabete continuava a meio tempo, a Doutora Ema estava de férias até ao dia um de julho e as Doutoradas Lurdes e Júlia, estavam a fazer as funções referidas. Reforçou a ideia que sendo de momento uma situação menos má comparada com os outros concelhos, amanhã poderia não o ser.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que o executivo tinha duas opções: ou aceitava os serviços nos centros de saúde ou de proximidade. A sua opinião e do executivo, era de que deveriam continuar a ter serviços médicos em cada uma das freguesias, não era apologista da política da concentração. A falta de médicos no país, tanto nos cuidados primários, como em outras especialidades, fazia que, quem defendia a política de manter os cuidados de saúde nas freguesias, cada vez que o médico ia de férias, muito provavelmente, as Extensões de Saúde fechavam. Era um risco. Centralizar os serviços de saúde num único Centro de Saúde, tendo três ou quatro médicos nesse mesmo Centro, como existia em alguns concelhos, nunca teriam aquele problema, um ia de férias, mas ficavam sempre os restantes, no entanto perdia-se a proximidade.-----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que na sua Bancada ninguém defendia a centralização dos Serviços de Saúde. Entendiam que os médicos se deveriam deslocar às extensões de saúde e, a sua intervenção apenas pretendia clarificar a situação. No Médio Tejo, existia um grave problema, com cerca de cinquenta e cinco mil utentes sem médico de família. Se hoje o concelho de Constância não estava tão mal, não era motivo para que deixasse de ser uma preocupação.-----

Voltou a tomar a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar uma nota sobre a Moção que estava desatualizada acerca do Gabinete de Saúde Oral. A informação que tinha, era que iria começar a funcionar no dia um de julho, entendendo assim, que essa parte da Moção deveria ser retirada ou atualizada.-----

Não havendo mais questões, e, antes de colocar o Edital e a respetiva Ordem de Trabalhos a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que devido à urgência, pretendia introduzir, se esse fosse o entendimento dos Senhores Deputados Municipais, mais um ponto na Ordem de Trabalhos. Um documento já entregue a todos os Deputados Municipais, tratando-se do Projeto de Regulamento para o Exercício da Atividade de Autocaravansismo. Assim, não havendo nenhuma objeção por parte das diferentes Bancadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para fazer a leitura do Edital e da Respetiva Ordem de Trabalhos com a devida alteração que se transcreve:-----

 escolhidas, pelo menos desta vez não tinham passado nenhuma música de Natal.-----
 tinham sido considerações gerais. Em tom de brincadeira e referindo-se às músicas referiu que parecendo poucas, mesmo assim tinham sobrado. O resto, em seu entender, para ter havido menos barrquinhas e menos participações. Relativamente às quantidades, quinhentista e alguns com a quantidade necessária nas Pomonas, sendo uma das razões comunidade escolar iria existir uma grande dificuldade em pôr de pé o mercado uma determinada altura do processo, a Câmara tinha-se apercebido que da parte da puxar pelas outras instituições parceiras, tinha sido exatamente o que tinha acontecido. A propriamente questões diretas. Quanto ao facto de a Câmara ter de ser uma alavanca a da CDU-Colligação Democrática Unitária, tinham sido mais considerações do que questões apresentadas pela Senhora Deputada Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que as

Unitária.-----
 Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Colligação Democrática Municipal para responder à primeira questão, apresentada pela Senhora Deputada O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----
 O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção com a devida correção a

Tomé.-----
 pudesse fazer a referida correção, de qualquer forma, era ver para crer como tinha dito S. Democrática Unitária, solicitou a palavra, referindo que não via motivos para que não se A Senhora Deputada Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Colligação Câmara Municipal. Era importante a Moção ir para o exterior apenas com a verdade.-----
 Democrática Unitária, se pretendiam fazer a correção indicada pelo Senhor Presidente da O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou a Bancada da CDU-Colligação

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta “Rua da Fábrica – Desafetação do Domínio Público – Para deliberação;-----
3. Relatório de execução do contrato programa e prestação de contas de 2021 da Associação Centro de Ciência Viva de Constância – Para conhecimento;-----
4. Relatório de execução do contrato programa e prestação de contas de 2021 da Associação Casa Memória de Camões – Para conhecimento;-----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de prestação de contas consolidada de 2021 – Para deliberação;-----
6. Análise, discussão e eventual aprovação do Projeto de Regulamento para o exercício da Atividade de Autocaravanismo – Para deliberação;-----
7. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro – Para conhecimento;-----
8. Outros assuntos de interesse.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Edital e a Ordem de Trabalhos a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Havendo público na sala, o Senhor Presidente da Assembleia questionou se alguém do público pretendia intervir.-----

Inscreveu-se o seguinte cidadão: -----

Senhor Rui Ferreira, residente em Montalvo – Cujos assuntos diziam respeito à Rua da Relvinha em Montalvo, e reforço de um assunto anteriormente apresentado nesta Assembleia Municipal ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Rui Ferreira, para expor o assunto.-----

No uso da palavra, o Senhor Rui Ferreira começou por referir que na Rua da Relvinha, estando a obra praticamente terminada, existia em sua opinião, um problema de falta de visibilidade na entrada para a Estrada Nacional 3. A situação não tinha sido acautelada, pelo menos até ao momento. Para quem saía daquela Rua para entrar na Nacional 3, era extremamente perigoso pela falta de visibilidade de quem vinha do lado de Constância. Também quem vinha da Rua D. Afonso Henriques, tinha pouca visibilidade para entrar na rotunda. Na rotunda, existia um poste de comunicações no interior da mesma, situação que poderia ter sido resolvido em obra. Referiu ainda, que há cerca de vinte e cinco anos, num executivo em que tinha feito parte, tinham alcatroado a Rua do Desvio sem colocar o

organismos e quando davam, faziam-no com valores exorbitantes. Neste caso, a obra já arranjarem mão de obra, levava a que as mesmas não estivessem interessadas em dar desde o fim de fevereiro. As dificuldades sentidas pelas empresas de construção em culpa da Câmara Municipal de a obra não estar executada, a empreitada estava adjudicada Quanto à questão do estacionamento na rua junto à sua morada, deu nota que não era poste.-----

postes no seu interior, na zona industrial de Montalvo estava uma com mais do que um fácil. Lembrou que já não era a primeira vez que eram feitas rotundas no Concelho com poste na rotunda, tinham contactado a empresa responsável pelo poste, um processo nada a terra a começar a ceder. Poderia dar mais exemplos no Concelho. Quanto à questão do não tinha sido infraestruturada como não tinha sido feito nenhum suporte de terras, estando um outro exemplo em Santa Margarida, na Travessa da Barroca na Portela, que não só tinha sido só a Rua do Desvio que há uns anos atrás não tinha sido infraestruturada, dando haveria possibilidades de expansão da zona urbana nos próximos anos! Recordou que não perceber como é que o Senhor Rui Ferreira achava que naquele troço de Rua da Relvinha que já estava projetado. Relativamente à infraestruturação da Rua, não conseguia CDU e pedido às Infraestruturas de Portugal. Este executivo apenas tinha executado aquilo sido obra deste executivo nem do anterior. O estudo tinha sido elaborado num mandato da em construção, consistia apenas naquilo que já existia. A situação mencionada não tinha relativamente à questão da Rua da Relvinha, no respeitante à rotunda, aquilo que estava No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que Câmara Municipal para responder às questões apresentadas pelo Senhor Rui Ferreira.----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da parque de estacionamento tapando as entradas.-----

conclusão da obra, evitando assim que aquele espaço funcionasse como uma espécie de projeto. Pretendia saber algo acerca desse projeto e para quando estava prevista a Senhor Presidente tinha dito que até final de junho a obra iria ser feita e da qual existia um do estacionamento em frente à sua porta. Na primeira sessão deste novo mandato o promessa que o Senhor Presidente tinha feito aos seus familiares, para resolver a questão apresentando ao Senhor Presidente da Câmara Municipal desde há quase três anos, terminar, referiu que pretendia cobrar uma promessa de uma questão que vinha e cinco anos, o atual executivo cometa os mesmos erros, não tendo aprendido nada. Para mais cheia porque as pessoas tinham relutância em construir sem esgoto. Passados vinte do Desvio existia apenas uma casa, hoje, a Rua estava praticamente cheia e não estava de estrada, ou na Rua que ia desde a igreja até ao Centro Escolar. Naquele tempo, na Rua esgoto, hoje estavam a pagar pelo erro de não terem colocado esgotos naquele percurso

estava adjudicada, e a pressão junto do empreiteiro era constante para a iniciar, mas a situação de momento era aquela. Para melhores esclarecimentos deu a palavra ao Senhor Engenheiro Jorge Heitor, Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos.-----

No uso da palavra, o Senhor Engenheiro Jorge Heitor começou por referir que, relativamente à questão do poste, no dia treze de maio tinha estado com o Engenheiro responsável por aquela área que, entretanto, tinha delegado aquele assunto num colega. Explicou que tinha informado a PT que existiam infraestruturas subterrâneas naquela Rua, para rede de águas, esgotos domésticos e pluviais, telecomunicações e gás, construídas agora, no âmbito daquela empreitada. A Câmara Municipal tinha executado aquelas infraestruturas previstas no pré-acordo. Para as telecomunicações, tinham deixado a tubagem com as respetivas caixas e, os ramais estavam todos feitos. Tinha sido aquela a informação que tinha dado ao Senhor Engenheiro João Paulo Rocha, no sentido de tentar resolver o problema da retirada do poste. Até ao momento não tinha tido mais nenhuma resposta. Era aquele o ponto de situação.-----

PONTO 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA “RUA DA FÁBRICA – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO– PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que como todos sabiam, há vários anos que a Celulose do Caima era atravessada por uma estrada pública que dava acesso quer ao areal do Tejo, onde se situava o barco, quer aos terrenos agrícolas ali existentes. Era uma situação que se arrastava desde há muitos anos, que punha em causa a segurança das pessoas que utilizam aquela via. A Caima tinha contactado a Câmara Municipal, se existia ou não abertura para criar uma alternativa, que continuasse a assegurar às pessoas o acesso ao barco e aos terrenos agrícolas junto ao Rio Tejo. A solução tinha sido estudada, e o que vinha a esta Assembleia Municipal era uma proposta, no sentido de eliminar aquela situação, que passava por desafetar a atual Rua da Fábrica, antiga Rua do Tejo, do domínio público do município para o domínio privado da Caima. Em contrapartida, a Celulose da Caima criava um percurso alternativo, custeando todas as obras necessárias, que garantisse o acesso ao barco junto ao Rito Tejo, e aos terrenos agrícolas adjacentes. Referiu que em sua opinião, pelo facto de se tratar de um elemento histórico, não poderiam ficar imobilizados deixando que a situação se arrastasse. A segurança das pessoas deveria ser prioritária e nos dias de hoje, já não era exequível existir uma fábrica, fosse ela qual fosse, a ser atravessada praticamente a meio, por uma via pública. Deu alguns exemplos de acidentes ocorridos naquele troço,

referindo que o objetivo era resolver aquela situação, criando uma alternativa às pessoas. O percurso alternativo era efetivamente mais longo, mas resolvia o problema da segurança. Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que, sendo trabalhador da empresa Calma, não participaria na discussão nem na votação do assunto, pedindo permissão para se ausentar.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, pretendendo ser esclarecida sobre alguns pontos; estando o percurso alternativo numa parte do seu trajeto em leito de cheia, questionava se não existiam condicionantes no PDM (Plano Diretor Municipal) para a pavimentação daquela zona, sendo a atual estrada em terra batida? Também pretendia saber se haveria algum alargamento da via, uma vez que por lá já circulavam veículos pesados e haveriam de continuar?

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, para questionar que tipo de piso estava previsto para o trajeto alternativo? Seria em alcatrão com algumas escapatórias de segurança para situações de emergência? Do lado direito no sentido de quem descia para o Rio Tejo, o espaço estava atalhado de eucaliptos e de madeira sem vedação alguma, criando algum perigo. A Calma colocaria lá alguma vedação?

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU – Coligação Democrática Unitária, referindo que, o que o PDM impedia, era a impermeabilização do solo. Existiam um conjunto de soluções no mercado, que permitiam colocar aquele troço de estrada em terra batida pavimentada, em pavé ou em cubos de granito, sem ter que usar o alcatrão. Relativamente às outras questões colocadas, aquilo que pretendiam era assegurar que no novo troço de estrada, ficasse delimitada uma zona para o acesso pedonal, ou seja, que não ficasse uma estrada aberta sem passeios.

Quanto às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, a Calma iria vedar todo o espaço com uma vedação em rede, ficando a estrada fora dessa vedação. Todas aquelas questões seriam salvaguardadas num documento escrito a assinar entre a Câmara Municipal e a Calma.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que o que estava a ser solicitado à Assembleia Municipal, era o aval para que aquele espaço passasse para o domínio privado da Caima. No documento distribuído aos Deputados Municipais, assinado pela Senhora Doutora Raquel, representante da Caima, referia o alcatroamento do percurso, indo ainda mais longe, dando indicações de como haveríamos de trabalhar! Nada mais era referido sobre as obras a efetuar. Compreendia o facto da Câmara Municipal e a Celulose da Caima, tentarem arranjar alternativas que servissem as duas partes, no entanto, à semelhança de outros acontecimentos, temia que não fossem mais uma vez acautelados os interesses da Câmara Municipal e dos munícipes. Aquilo que se pedia à Assembleia Municipal era muito sério e depois de tanto tempo em negociações, como era referido, pelos vistos já desde o anterior mandato, já era tempo de apresentarem uma proposta concreta e um protocolo, do que exatamente pretendiam fazer. No futuro, a Doutora Raquel ia-se embora e poderiam todos dar o dito por não dito. Quanto à necessidade de utilização do percurso pedonal, os utilizadores presentemente eram poucos, mas infelizmente, eram os que mais necessitavam porque não podiam andar de carro, dando para o efeito alguns exemplos. Para decidirem e votarem em consciência, tinham que ter mais informações precisas, o que não acontecia. Questionou ainda para quando estava previsto o ato da escritura e para quando o fecho da Rua da Fábrica?-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para referir que a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, tinha referido o alcatroamento do percurso e, não conseguia encontrar no documento tal descrição. O que o documento referia era que, como contrapartida, a Caima suportaria todos os custos com a pavimentação da estrada, mas, como tinha sido referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, essa pavimentação não teria que ser obrigatoriamente com alcatrão, até pelas restrições impostas pelo PDM. Esta Assembleia Municipal quando aprovava uma proposta vinda do executivo municipal, era suposto estarem salvaguardados os interesses do município e da sua população. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que não haveria muito mais para apresentar sobre o assunto, apenas pedir que confiassem na sua palavra. O que a proposta solicitava e estava em discussão, era a autorização da desafetação do domínio público da Rua da Fábrica, para o domínio privado, não eram protocolos com contrapartidas. Restava-lhe assumir o compromisso que os interesses do município e das pessoas do concelho seriam assegurados.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, questionando se ficaria o trânsito no percurso dito alternativo, condicionado a

viaturas pesadas?-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que aquela questão não se colocava, uma vez que naquela via teriam de passar sempre viaturas pesadas. Como já tinha referido, existiriam passagens específicas para peões. Reforçou ainda a ideia que, se a Calma não aceitasse as condições para a desafetação, tal como estava previamente definido, a escritura não seria feita e voltaria tudo ao ponto inicial. Ao contrário do que alguns dos Senhores Deputados poderiam pensar, esta pretensão da Calma já vinha do tempo do último mandato do Ex. Presidente António Mendes. Estávamos em dois mil e vinte e dois e como em tudo na vida, uns estariam contra outros a favor. Também na Bancada do Partido Socialista existia quem tivesse dúvidas. Era a democracia a funcionar! Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que em cima da mesa deveriam estar mais alternativas, referindo que, numa situação de fecho da ponte, o tráfego naquele troço seria muito maior, tanto em viaturas como em pessoas, devendo para o efeito estar preparado para uma tal situação.-----

Solicitou novamente a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que em sua opinião, a proposta vinha mal fundamentada. Um assunto daquela natureza, deveria inclusive, conter uma minuta da escritura, se tinha passeios, se era em terra batida ou qual o pavimento, qual a sua largura, se tinha escapatórias, etc. A Calma não era uma empresa qualquer que desse ao município um pedaço de terra batida para a Câmara Municipal ficar com o quadruplo do troço para conservar e com veículos pesados a passarem e a estragarem a estrada!-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que esta estava a baralhar o assunto. Como é que a Senhora Deputada Municipal poderia exigir uma minuta de escritura, se aquilo que estava em discussão era uma deliberação para uma passagem do domínio público para o domínio privado? Para justificar um sentido de voto não era necessária tanta argumentação descabida e sem sentido.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com quatro votos contra da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e duas abstenções da Bancada do Partido Socialista (Presidente da Assembleia Municipal e Deputado Municipal Carlos José

Pancadares de Sousa Lopes) e, nove votos a favor da restante Bancada do Partido Socialista.-----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentou Declaração de Voto. (Anexo III)-----

PONTO 3 - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2021 DA ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia Municipal que, mesmo sendo este ponto para conhecimento, tal como o ponto seguinte, não iria interferir, pelo facto de pertencer aos órgãos sociais das duas Associações, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a sua apresentação.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Município atribuía todos os anos um apoio ao Centro de Ciência Viva, através do contrato programa. Tratava-se apenas da apresentação do relatório de execução desse mesmo contrato-programa do Centro de Ciência Viva. Não havendo questões, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

PONTO 4 - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2021 DA ASSOCIAÇÃO CASA-MEMÓRIA DE CAMÕES – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o processo era idêntico ao do ponto anterior. Não havendo questões e sendo um documento apenas para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte.-----

PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2021 – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor da Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o município tinha participações em três associações; Centro de Ciência Viva, Casa Memória de Camões e a RSTJ. As contas municipais eram cruzadas com as contas daquelas instituições. O documento pretendia apresentar as contas consolidadas com aquelas três associações. Existiam algumas dúvidas quanto à necessidade de consolidar ou não as contas com a RSTJ, alguns municípios apresentavam, outros não. Tratando-se de uma explicação técnica, solicitou autorização para passar a palavra à Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Doutora Marisa Figueiredo, para uma melhor explicação sobre o assunto.-----

No uso da palavra, a Doutora Marisa Figueiredo informou que era entendimento do

município de Constância e também do Revisor Oficial de Contas do município, que a consolidação de contas deveria integrar a RSTJ. Embora existissem municípios que não consolidavam, no caso do município de Constância, conseguiram fundamentar melhor consolidando. Isto, porque a RSTJ era uma empresa local, e a Lei das Finanças Locais previa que as empresas locais eram integradas no perímetro de consolidação, ora, sendo a RSTJ uma empresa local, necessariamente teriam fundamentação para a incluir no perímetro de consolidação. As dúvidas ocorriam, porque cada um dos municípios detinha dez por cento da empresa, não havendo um controlo expressivo da entidade, sendo um controlo conjunto. De qualquer das formas, o artigo das Finanças Locais era claro e obrigava à consolidação e, se tal não fosse feito e sendo a RSTJ uma entidade consolidante, significava que nenhum dos municípios reportaria para as contas nacionais a RSTJ, e até pelo impacto que a entidade tem nas contas, é uma entidade que se justifica integrar no perímetro de consolidação. Entretanto, também já tinham sido abordados com o questionário da Inspeção Geral de Finanças sobre a consolidação. Já tinham respondido e, nesse questionário, iriam colocar todas as entidades nas quais o município participava. Uma das colunas que era questionada era precisamente se fazíamos ou não consolidação com cada uma dessas entidades. Significava isto que, a Inspeção Geral de Finanças, quando todos os municípios respondessem, iriam perceber que no caso por exemplo da RSTJ, existem municípios que estavam a consolidar e outros não. Nos próximos meses teriam uma informação detalhada sobre a consolidação da RSTJ no perímetro de consolidação. Informalmente, a própria Inspeção já tinha confirmado que sendo uma empresa local, era necessariamente integrada no perímetro de consolidação. Solicitou a senhora deputada municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a explicação fornecida lhes dava confiança para votarem favoravelmente, no entanto, solicitava uma ajuda à Doutora Marisa Figueiredo, que poderia não ser naquele momento. Num documento com duzentas e quarenta e tal páginas, relativamente à antiga Resitejo, só via na parte final, uma folha A4 a falar nas contas desta entidade. Não tinha visto a certificação legal de contas, até poderia estar no meio daquelas páginas, se não estivesse era mau. O município tinha um orçamento de seis ou sete milhões de euros e tinha sempre uma quantidade de folhas provenientes do revisor, o que pedia à Doutora Marisa era, quando lhe fosse possível, referenciar-lhe onde estava aquela certificação.

Em resposta, a Doutora Marisa Figueiredo informou que o relatório constava na última página. O último separador era sobre as contas da RSTJ e a última página era precisamente o relatório fiscal.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 6 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE AUTOCARAVANISMO - PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, felizmente o concelho de Constância em determinados períodos do ano era visitado por bastantes autocaravanas. Existia um lugar específico para o seu estacionamento, no entanto, estacionavam em todo o lado, provocando um enorme constrangimento ao trânsito, sendo necessário um Regulamento que disciplinasse aquela situação. O Regulamento já tinha estado em discussão pública e não tinha havido qualquer participação. Vinha à Assembleia para uma eventual aprovação, por forma a produzir efeitos ainda neste verão.-----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, referindo que, em relação ao Regulamento e analisados os artigos, pretendia obter alguns esclarecimentos; - Era referido num dos artigos do Regulamento, que este pretendia regular o exercício da atividade de autocaravanismo dentro dos limites da Vila de Constância. Não poderia ser do “Município de Constância e sua jurisdição” uma vez que num outro artigo, era mencionada a área de serviço de autocaravanas junto ao Centro Náutico de Constância, sendo esse território pertença de outro município? Num outro artigo, era referido que o Regulamento tinha aplicação apenas na Freguesia de Constância. Não poderia ser alterado para todo o concelho de Constância? Em relação às coimas, considerava o artigo muito amplo, falava entre cinquenta a duzentos euros, não identificando qual a infração, qual era a mais leve e a mais grave. Por fim, questionava se ainda poderiam ser acrescentados dois artigos; um, em defesa dos cofres da Câmara, para exclusão de responsabilidade de furtos, danos ou outros acidentes que pudessem acontecer, não serem imputadas responsabilidades indemnizatórias à Câmara Municipal. Um outro artigo relativo aos animais, uma vez que as pessoas que usavam autocaravana, normalmente gostavam de trazer animais; seria proibido ou permitido? Se fosse permitido teria também as suas regras!-----

Em resposta ao Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que algumas das questões colocadas eram pertinentes, mas nesta fase não poderiam mexer no Regulamento que estava para aprovação na Assembleia, solicitando ao Senhor Deputado Municipal que fizesse chegar aquelas questões ao executivo para serem analisadas e, se

assim fosse o entendimento, desencadear um processo de alteração ao Regulamento. Solicitou a palavra a Senhora Deputada Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária para referir que em seu entender, fazia sentido o Senhor Presidente da Câmara Municipal aceitar com humildade as sugestões apresentadas, o que não fazia sentido, era a Assembleia Municipal ir votar um documento, sabendo que a seguir sofreria alterações! Ou o Senhor Presidente da Câmara Municipal aceitava as sugestões, ou o Regulamento não era suficientemente preciso para ser aprovado.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que já não exercia a atividade como jurista há cinco anos, existindo matérias que já não dominava, solicitando ao Senhor Mikael Dias, Técnico Superior (Jurista), se poderia dar alguma explicação que permitisse introduzir naquela Assembleia Municipal as alterações apresentadas ao Regulamento?-----

O Senhor Mikael Dias, Técnico Superior (Jurista) começou por referir que a Assembleia Municipal era o órgão competente para aprovar ou chumbar o Regulamento. Era possível introduzir alterações ao mesmo, desde que fizessem sentido e, no final, fossem aprovadas e registadas em Ata as alterações efetuadas, qual ou quais os artigos e qual ou quais as novas redações.-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para em nome da sua Bancada, solicitar uma interrupção da Assembleia Municipal, por dez minutos, para em conjunto analisarem a situação.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal aceitou ao pedido solicitado, declarando um intervalo na sessão por dez minutos.-----

Retomados os trabalhos, solicitou a palavra a Senhora Deputada Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que, se o que ficasse escrito naquela Assembleia Municipal era o que depois de aprovado constaria no Regulamento, as alterações teriam que ser feitas com muita exatidão. Assim, no seguimento das incongruências apontadas pelo Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, começando pelo artigo segundo do Regulamento que referia que o presente Regulamento regulava a atividade de caravanesmo dentro dos limites urbanos da Vila de Constança, verificavam que estava em contradição com o que estava escrito no artigo terceiro, que referia que o presente Regulamento se aplicava apenas à freguesia de Constança. Era também incoerente com o artigo nono, quando na alínea b) nº 1, era referida a área de serviço junto ao Centro Náutico de Constança, espaço fora dos limites da Vila de Constança, logo, verificavam algumas incoerências. Era isto que pretendiam corrigir, uma vez que os outros dois aspetos mencionados pelo Deputado

Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, respeitantes à salvaguarda das indemnizações por furtos, e à questão dos animais, na opinião do Senhor Jurista, estava fora do âmbito do Regulamento o que respeitavam. Assim, a sugestão a apresentar para correção do documento seria a seguinte: - Que o artigo segundo mantivesse o objeto. O artigo terceiro, e outros, que referiam que o Regulamento tinha aplicação nos limites da Vila de Constância, passassem a referir que “O presente Regulamento, aplica-se aos limites da Vila de Constância e à área de serviço de autocaravanas junto ao Centro Náutico de Constância” que era o que constava na alínea b) nº 1 do artigo 9º. Esta era a sugestão. Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que, se no início estava com dúvidas, naquele momento as dúvidas tinham aumentado. Se o Regulamento tinha sido aprovado pelo executivo no passado mês de março, não entendia a urgência para ter que ser aprovado naquela sessão! Em consciência, sentia a necessidade de voltar a ler o documento com as devidas alterações com mais atenção.-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que só não estava baralhada porque não era jurista! O que este Regulamento pretendia, era apenas e só, tirar as Autocaravanas da beira do rio. Tinha sido feito apenas para aquele efeito e nada mais, uma vez que existia um estacionamento no Centro Náutico, e ocupavam os lugares no lado da Vila. Referiu que não concordava que a Assembleia Municipal fizesse alterações a um documento vindo da Câmara Municipal, quer fosse legal ou não. A Câmara Municipal tinha o direito de retirar o documento para voltar a ser reapreciado pelo executivo. Esta era a sua modesta opinião! O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Regulamento a aprovação com as alterações sugeridas pela Bancada do Partido Socialista, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções da Bancada da CDU.-----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária apresentou Declaração de Voto.
(Anexo IV) -----

PONTO 7 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ARTº 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação democrática Unitária, pretendendo clarificar algumas questões: - Era referido no documento/informação, que tinha havido uma reunião de apresentação da zona de lançamento do Arripiado. Pretendia saber do que se tinha tratado; era referida uma reunião com a empresa Naturfil. Gostaria de saber se era alguma empresa que pretendesse instalar-se no concelho? Era referido que o executivo tinha participado numa

viagem a França e aos Países Baixos, no âmbito da economia circular. Sendo sempre experiências interessantes em termos de partilha, gostava de saber se estas experiências estariam relacionadas com algum possível projeto futuro ou alguma ação a aplicar futuramente no concelho? Também era referido no documento uma informação sobre a requalificação do Cine teatro, no âmbito do PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana). Pretendia que a informação fosse clarificada, uma vez que tinha a informação que obra estava terminada há algum tempo; relativamente ao Gabinete de Saúde Oral, cuja atividade estaria no seu início, estava mencionada análise de relatório. Referiu ter muitas dúvidas, uma vez que ainda não tendo iniciado funções, já estavam a fazer análises de relatórios de indicadores. Estes indicadores referiam-se a quê? Também era referida uma notificação do projeto da Loja do Cidadão, pretendia saber mais do seu conteúdo.---- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Colligação Democrática Unitária. Começou por responder à questão da Zona de Lançamento do Arriçado, uma zona de lançamento de Paraqueedistas, onde nunca tinha sido constituída nenhuma servidão militar e, apesar de não afetar diretamente o concelho de Constância, os militares entenderam apresentar/dar conhecimento do que pretendiam fazer naquela zona. Relativamente à reunião com a empresa e à viagem aos Países Baixos, tinha sido a Senhora Vice-Presidente que tinha participado, dando-lhe depois a palavra. Relativamente à questão do PARU no Cineteatro, tinha sido uma obra apoiada por Fundos Comunitários e, as operações não eram logo encerradas no final da obra. Havia um período em que a operação continuava aberta por indicação da própria CDDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), autoridade de Gestão. O mesmo se passava com o Gabinete de Saúde Oral, este relatório de indicadores tinha a ver com a execução e com o fecho, porque tinha sido uma obra participada. Relativamente ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) da Loja do Cidadão, a candidatura tinha sido aprovada, mas não existia dotação financeira para a mesma. Tinha concorrido vinte e tal municípios, só havendo dotação para quinze. A candidatura de Constância tinha ficado classificada em décimo sexto lugar. Embora não tendo sido notificado formalmente dessa decisão, tinha conhecimento que a candidatura tinha sido aprovada, não existindo de momento dotação financeira. Com a permissão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passava a palavra à Senhora Vereadora e Vice-Presidente Maria Helena Soares Roxo, para esclarecer as questões relacionadas com a sua ação direta. No uso da palavra, a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo começou por responder à questão da Naturfil. Tratava-se de uma palestra a realizar no Centro de Ciência Viva de Constância, pelo Dr. Filipe Nogueira, intitulada "Os estilos de

vida saudáveis, sem remédios e sem dor”, era uma palestra de como viver bem. A única envolvência da Câmara, tinha sido em arranjar um espaço para o Senhor fazer a palestra. Quanto à viagem no âmbito da economia circular, primeiro em França (Paris) e depois nos Países Baixos, tinha a reportar o seguinte: Em Paris, tinham sido recebidos pelo representante da Câmara de Comércio Português e por um dos eleitos de origem portuguesa, equivalente a Presidente de Câmara. Tinha sido uma iniciativa desenvolvida pela CIMT (Comunidade Urbana do Médio Tejo), no âmbito da divulgação que se pretendia fazer no próximo mês de julho ao nível estudantil na nossa região. Nos Países Baixos, tinham visitado Amesterdão, Haia, Almere, tudo ligado à economia circular. Enquanto em Paris, a visita para além do já referido se centrava nas reciclagens, como aproveitavam o material deitado fora e como lhes davam uma nova vida, nos Países Baixos tinham visitado fábricas envolvidas naquela economia.-----

PONTO 8 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE.-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do partido Socialista, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para quando estava previsto o início da execução do novo Quadro Comunitário de Apoio.-----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação democrática Unitária, para apresentar as seguintes questões: em termos de previsão, para quando a conclusão das obras dos balneários do Campo de Futebol de Montalvo? A estação elevatória de águas residuais doméstica, situada junto ao entroncamento para o Cardal, danificada pelo minitornado ocorrido no passado mês de abril, continuava por reparar, a questão era a seguinte; a estação elevatória estava a funcionar sem qualquer constrangimento? Porque motivo ainda não tinha sido reparada e para quando estava prevista a reparação? Estava adjudicada a empreitada para a reabilitação do emissário das águas residuais domésticas de Constância para a ETARI do Caima, com prazo de execução de quarenta e cinco dias. Questionava se a obra já tinha tido início, fazendo-lhe um apelo para que o prazo fosse escrupulosamente cumprido, pelo motivo conhecido por todos. Para terminar, referindo-se a um acidente rodoviário ocorrido durante a presente semana na Rua dos Fundadores da Sociedade Recreativa Portelense, junto ao cemitério da Portela, com uma das pessoas com ferimentos graves. Nos últimos anos, pelo menos quatro acidentes tinham ocorrido naquele lugar e estava na hora de se pensar numa solução, nomeadamente, rails de proteção. Também no traçado entre Aldeia e Malpique na zona da represa, se reclamavam uns rails de proteção para evitar acidentes no futuro.-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação democrática Unitária, para apresentar algumas questões: em sua opinião

e não só, o horário da piscina deveria ser objeto de análise. Frequentada por muitos alunos adultos, por que razão é que a Piscina encerrava e só voltava a reabrir depois do dia quinze ou dezasseis de setembro? A zona ribeirinha tinha sido objeto de uma intervenção, como todos se recordariam. Nesta Assembleia Municipal, tinha em tempo oportuno manifestado o seu desagrado pela ideia da substituição da tijoleira por granito. Mais tarde, tinha sabido que afinal não era granito, mas sim lajes imitando o granito. Era evidente que aquele espaço precisava de ser requalificado, não obrigatoriamente como tinha sido. Tinha sido uma decisão do executivo que embora não concordasse respeitava, no entanto, como todos já teriam tido oportunidade de verificar, existiam já bastantes lajes partidas ou danificadas, exigindo já alguma manutenção. Também gostaria de perceber porque é que o passeio em frente ao Restaurante Indiano estava completamente abatido, começando a constituir perigo para as pessoas que por lá caminhavam. Deixava uma sugestão; sempre que abrissem um buraco no solo para colocação de qualquer poste, fosse nas festas do Concelho, Pomonas, ou outro qualquer evento, quando retirassem o poste não se deveriam esquecer de repor o pavimento! Sobre o Parque de Merendas, tendo a Câmara Municipal optado por dotar aquele espaço com mesas brancas, com todos os inconvenientes visíveis, questionava se existia alguma periodicidade para serem limpas, porque, para além do mau aspecto, a pandemia ainda não tinha terminado. Também os grelhadores colocados no Parque, apresentavam alguma degradação, necessitando de reparação, assim como algumas madeiras com algum mau aspecto por trás dos mesmos. Relativamente às obras da Avenida, não se pronunciava para já, aguardando para o final, na esperança que fosse uma surpresa agradável, no entanto, não resistia a questionar se no futuro próximo os autocarros continuavam a poder estacionar junto ao rio? A redução da via era tão grande que tinha dúvida que dois autocarros se conseguissem cruzar na Avenida. Também pretendia questionar quais os pontos de situação das obras do emissário de esgotos para a ETAR da Calma, assim como, das barreiras sonoras na A23 no concelho de Constância. Um outro assunto que gostaria de ver respondido, era se o executivo já tinha equacionado a recolha de resíduos urbanos passar pelas ilhas ecológicas, verificando que muitos concelhos estavam a optar por aquele sistema que, para além de ser mais higiénico, impediam a libertação de odores e, do mau aspecto do lixo muitas vezes espalhado pelo chão.

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-

Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua intervenção ia no sentido de sensibilizar a Câmara Municipal para as questões da sinalização e do trânsito na parte mais baixa da Vila. Com as obras a decorrer na Avenida das Forças Armadas, a sinalização para estacionamento de autocarros não existia. Numa altura em que as escolas e os

colégios ainda estavam a funcionar, os autocarros não conseguiam chegar à zona ribeirinha para estacionar tal como estavam habituados. Quem ficava a perder era o comércio local, uma vez que os visitantes não podendo estacionar, rumavam para outros locais.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que uma das questões que pretendia apresentar diziam respeito ao contrato de fornecimento de refeições à Escola Luís de Camões, no qual estava incluído o Centro Escolar de Constância. A Câmara tinha assumido a transferência de competências na área da educação, sabendo que outros municípios estavam a sentir algumas dificuldades, pretendia saber qual o ponto de situação, uma vez que o mês de setembro se aproximava? A questão seguinte, não era uma pergunta, mas sim, um reparo à forma como o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha respondido à questão apresentada pelo munícipe Rui Ferreira, no período da intervenção do público. Não só na forma, como no conteúdo, tratando-se de um assunto pertinente relacionado com a falta de visibilidade verificada na Rua da Relvinha, na entrada para Estrada Nacional 3, em Montalvo. A resposta dada, referindo que o projeto já existia antes de ser Presidente de Câmara, também era verdade que o Senhor Presidente da Câmara Municipal já tinha feito alterações a outros projetos anteriores à sua eleição e, neste caso, não o tinha alterado. Um outro assunto que pretendia abordar era sobre o Aeroporto de Tancos e o estudo de viabilização à aviação civil. A Bancada da CDU pretendeu conhecer o projeto, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não o tinha facultado à Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio. Tinha solicitado o estudo através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para, através da Mesa, tal como era referido no Regimento, o solicitar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Tinha feito o pedido com toda a lealdade, apenas para o obter e, dele, a Bancada da CDU ter conhecimento. Como resposta tinha-lhe sido dito que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não possuía o referido estudo e, como membro da Assembleia da Comunidade Intermunicipal o poderia solicitar naquele órgão. Na primeira sessão da Assembleia da Comunidade Intermunicipal, tinha-o solicitado e tinha-lhe sido fornecido, apenas com a restrição das peças militares, o que compreendia. A sua indignação prendia-se pelo facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal ser possuidor do estudo e não o ter facultado. As ações ficavam com quem as praticava.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que na Assembleia da Comunidade Intermunicipal em que a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, tinha requerido o estudo do aeroporto de Tancos, também estava

presente. A Senhora Presidente Anabela Freitas, tinha dito, que o estudo tinha sido apresentado aos Presidentes de Câmara, não tinha referido que tivesse sido enviado. A ideia com que tinha ficado, era de que tinha sido apresentado e não tinha sido remetido.-----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a Senhora Presidente da Comunidade Intermunicipal, mas, apenas e só a primeira parte: A ideia com que tinha ficado, era de que tinha sido apresentado e não tinha sido remetido.-----

Também tinha referido, que existiam algumas partes do processo que estavam debaixo de sigilo militar. Poderia remeter o processo a todos os Deputados da Assembleia da Comunidade Intermunicipal, mas, apenas e só a primeira parte: A ideia com que tinha ficado, era de que tinha sido apresentado e não tinha sido remetido.-----

aquela plataforma e teria expirado.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, questionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal se já havia data para a campanha de Vacinação antirrábica no concelho de Constância. Como tinha trabalhado no canil Intermunicipal, muitas pessoas lhe ligavam a perguntar quando é que poderiam vacinar os cães.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que o novo quadro comunitário como todos os outros, estava atrasado e, com a situação que se vivia atualmente na Europa, ainda mais atrasado estava o início da execução, pelo que, não tinha conhecimento de quando abriam os avisos.-----

Relativamente às questões que o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, tinha colocado, tinha a dizer o seguinte: sobre as obras dos balneários em Montalvo, a colocação dos contentores e outras obras, eram da responsabilidade da Casa do Povo de Montalvo, não eram obras municipais. Da responsabilidade do município, faltava apenas fazer as ligações, assim como, a estação elevatória dos esgotos e alguns arranjos exteriores. Quanto às estações elevatórias na Estrada Nacional 118, os danos tinham sido provocados pela queda de um eucaillito. A informação que tinha, era que estavam a funcionar bem. Ainda não tinham sido reparados os danos, porque tinham um seguro para as estações elevatórias acionado, e estavam a aguardar uma resposta para poderem avançar, não só daquela como nas outras que estavam sem portas por terem sido roubadas. Quanto ao emissário da ligação

dos esgotos da Vila à ETARI do Caima, o contrato da empreitada estava assinado desde o pretérito dia trinta de maio. A pressão que faziam sobre a empresa para resolução daquele problema era muita e, a última informação que tinha, era que o aparelho que necessitavam para darem início às obras, encontrava-se em Espanha, e só estava disponível a partir do dia quinze de julho. Relativamente à Rua dos Fundadores da Sociedade Portelense, disse ter tomado nota da sugestão. Tinham um projeto desenvolvido para a requalificação daquela rua submetido a fundos comunitários e aguardavam uma resposta. A sugestão não estava acautelada, como era obvio, mas sim, a construção de um passeio para peões naquela zona, mas seria uma ideia a considerar. Quanto à estrada entre a Aldeia e Malpique, tinha tomado nota da sugestão apresentada. Tinha sido uma via intervencionada há onze ou doze anos, e tentariam encontrar alguma solução para a situação.-----

Relativamente às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, tinha a referir o seguinte: sobre o horário da Piscina, muitas vezes o que faltava eram recursos humanos para possibilitar estar mais tempo aberta. Era uma área para onde era cada vez mais difícil recrutar pessoas, para além de outros aspetos, como o da manutenção necessária na própria Piscina. Quanto às questões colocadas sobre a zona ribeirinha, tinha tomado nota de todas. Respeitava a opinião, mas entendia que não havia necessidade de estar permanentemente a repetir o que já tinha dito sobre as lajetas e outras questões referidas. Relativamente à questão do pavimento frente ao Restaurante Indiano, o pavimento tinha abatido com a passagem do empilhador que transportou a estrutura para a montagem das tasquinhas. Tinham solicitado orçamentos para a reparação, e já tinha autorizado o avanço do processo para a reparação daquele troço de pavimento. Quanto à limpeza das mesas no Parque de Merendas, a informação que tinha dos Encarregados e do Senhor Vereador Pedro Pereira, era que eram limpas pelo menos todas as semanas. Quanto aos grelhadores, teriam que ser substituídos. A madeira junto ao espaço tinha sido lá colocada a pedido da associação, por altura das festas para criar uma zona de privacidade para grelhar as carnes e outro tipo de trabalhos. Como o dia das Pomonas Camonianas se aproximava, e a Associação que ficasse com o espaço iria pedir novamente aquele apoio, acabaram por não o desmontar na altura. Agora iriam proceder à sua desmontagem. Relativamente às obras da Avenida das Forças Armadas, obviamente que os passeios seriam alargados e a intervenção seria desde o início da ponte do Rio Zêzere até à entrada da Praça, todo aquele espaço seria intervencionado desde o piso aos passeios, para criar um melhor acesso a pessoas com mobilidade reduzida. Quanto à questão do emissário, já tinha respondido anteriormente. Relativamente às barreiras sonoras na A23, as

Infratestruras de Portugal continuavam a insistir no velho argumento que aquela situação não tinha sido acautelada aquando da operação do loteamento. Não tinham concordado com a posição das Infratestruras de Portugal e aquilo que fizeram foi apresentar uma queixa à Senhora Provedora de Justiça, dando conta daquela discriminação. Tinha colocado barreiras sonoras em vários locais de diferentes concelhos, e no concelho de Constância recusavam-se a fazê-lo. Aguardavam a resposta da Senhora Provedora de Justiça e, a Câmara Municipal faria valer os seus direitos e da população, se necessário com uma acção judicial para que fossem implantadas as barreiras sonoras, não reconhecendo como argumento válido o utilizado pelas Infratestruras de Portugal. Relativamente às ilhas ecológicas, o modelo que estava a ser adotado pelo nosso país e ao nível da Europa, era uma recolha porta a porta, como a que já existia no concelho. Não fechavam a porta às ilhas ecológicas e, se surgissem apoios comunitários para aquele fim, seriam aproveitados.

Em resposta às questões que a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, tinha apresentado, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que compreendia todos os constrangimentos referidos nesta fase da obra que iria até ao mês de outubro. Enquanto a Avenida estivesse encerrada, dificilmente algum autocarro conseguia aceder à zona ribeirinha da Vila. Não era possível passar na Rua Luís de Camões e a Rua do Tejo era bastante estreita. O que vinha acontecendo era que alguns autocarros paravam na bifurcação da estrada que ia para Martimchel/Castelo de Bode, e as pessoas desciam a pé a Avenida até à zona ribeirinha. A questão da sinalética estava a ser estudada e seria melhorada.

Relativamente às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, respondeu: - Quanto à forma como se tinha dirigido ao município Senhor Rui Ferreira, referiu que tinha pouca paciência para vitimizações. Tinha respondido à questão apresentada com normalidade e com factos que correspondiam à verdade. Quanto ao estudo do aeroporto de Tancos, nunca tinha dito que o estudo não tinha sido apresentado, tinha assistido à apresentação do estudo na Comunidade Intermunicipal, e o que tinha dito aos Senhores Deputados Municipais era que não tinha o documento, referindo-se ao documento físico. Iria verificar se o mesmo lhe tinha sido enviado através de uma qualquer plataforma digital "WeTransfer" ou outra. Se o tivesse, seria o primeiro na próxima Assembleia Municipal a pedir desculpa pelo erro/lapso. Tinha assistido à apresentação feita na CIMT, e tinha a ideia quase absoluta, que nada lhe tinha sido enviado. Tinha a ideia clara que nessa mesma reunião, tinha sido dito que o estudo não era partilhado ainda porque existiam questões que não estavam fechadas relativas à solução final e, também tinha sido dito que

o estudo envolvia questões militares, uma questão muito sensível. Nunca tinha omitido informações a ninguém que não fossem consideradas sigilosas e tivessem sido solicitadas. Iria confirmar no seu correio eletrónico, se tivesse recebido o documento, não o tinha visto, e na Assembleia de setembro, seria o primeiro a pedir desculpa perante todos, porque tinha dado uma informação que não correspondia àquilo que era na realidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para referir que relativamente ao dito estudo, reafirmava o que sempre tinha dito; não tinha qualquer conhecimento sobre o estudo do aeroporto para Tancos, logo, não gostava que o envolvessem no assunto. Portanto, aquilo que não se tinha, não se podia dar.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, que em seguida, colocou a votação. -----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos.-----

-----ENCERRAMENTO-----

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas, vinte e três horas e trinta e cinco minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.-----

A Mesa da Assembleia Municipal,

De há cerca de um mês até à presente data, uma vaga de assaltos e atos de vandalismo, estão a alarmar um elevado número de habitantes e comerciantes no concelho de Constança, particularmente na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, onde foram executados vários assaltos a estabelecimentos de restauração, tendo alguns comerciantes sido assaltados mais do que uma vez. Também na Freguesia de Montalvo se têm verificado atos de vandalismo nos Jardins Públicos e florestas. Os lesados, em uníssonos, reclamam mais segurança e um policiamento ativo e visível nas referidas Freguesias.

A insegurança hoje revelada por uma importante percentagem de residentes e comerciantes no Concelho de Constança leva-nos a um complexo conjunto de fatores em que ressalta uma relativa saturação na sequência das concretizações de crimes contra os bens patrimoniais, cujo os danos, são de elevados prejuízos para os lesados.

Acresce, outro importante fator explicativo para a crescente insegurança sentida e revelada pelas populações, que parece residir nas representações existentes sobre a ineficácia da justiça penal, representada por uma elevada percentagem de atores, incapazes de assegurar o eficaz combate ao crime.

Tudo isto, conjugado com a morosidade e o custo de qualquer processo criminal, levam a que um elevado número de vítimas não participem os crimes e delitos de que são alvos, por incapacidade das autoridades policiais ou, ineficiência do sistema judicial, uma vez que os autores dos delitos nunca são apanhados ou condenados.

O artigo 272º da Constituição da República Portuguesa, consagra como função essencial do Estado, a defesa da legalidade democrática e a garantia da segurança e direito dos cidadãos.

Assim, torna-se imperioso tomar medidas ao nível do Município de Constança, que possam responder de forma célere e eficaz, à problemática da insegurança que ultimamente se tem vivido no Concelho, a Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, recomendar ao Executivo Municipal, o seguinte:

1. Que o Município apresente de forma clara e objetiva a sua posição e intenção concreta sobre as ações de segurança que defende para o Concelho;
2. Estabeleça contactos junto das autoridades competentes, esclarecimentos e reforço de meios humanos e materiais que garantam a segurança e bem-estar da população;

Onda de Assaltos e Vandalismo no Concelho

“Recomendação

Anexo I

3. Num escalão de Comando superior, solicite que sejam tomadas medidas de prevenção e ações operacionais de policiamento de proximidade;
4. Ao nível do Comando local solicitar que sejam feitos patrulhamentos noturnos inopinados com carácter de dissimulação.

Assembleia Municipal de Constância, 24 de junho de 2022

A Bancada do Partido Socialista”

Hoje, perante a dramática situação finalizada pela comunicação social sobre a falta de médicos e as condições vergonhosas de recurso a prestadores de serviços pelas administrações hospitalares e pelas Administrações Regionais de Saúde e ainda a sangria com dinheiro da autarquia e que não funciona por falta de médico dentista. A este propósito perguntamos ainda quando entrará em funcionamento o Gabinete de Saúde Oral? É inaceitável existir no Centro de Saúde um consultório equipado também básicos descorando muitas vezes a prevenção e a promoção da saúde.

não é o que acontece no concelho de Constância, apenas estão a garantir os cuidados tratamento da doença. Mas a realidade não é esta em muitos concelhos do país e também acompanhamento continuado das pessoas sem esta central única e exclusivamente no das pessoas, tendo por base garantir a prevenção das doenças, a promoção da saúde e o funcionar numa perspetiva integrada e alargada, garantindo a acessibilidade dos cidadãos Os cidadãos de saúde primários são o primeiro contacto do utente com o SNS, e devem E porque? Pela falta de atratividade de profissionais para o Serviço Nacional de Saúde.

não sendo má-fé afirmar que a maior parte das vagas ficarão desertas. Tejo; Abrantes-3; Alcanena-2; Entroncamento-1; Ourém-4; Tomar-1; e Torres Novas-1, Refira-se que estão abertas a concurso 12 vagas para médico de família para o Médio situação, muitos utentes sem médico.

beira da reforma e uma médica a meio tempo, logo, ver-se-á a curto prazo em idêntica Centro de Saúde do nosso concelho tem nesta data a prestar cuidados duas médicas à Atualmente no Médio Tejo existem mais de 55 000 mil utentes sem médico de família. O Vivos numa permanente incerteza.

com outros concelhos, à data de hoje poder-se-á dizer que já esteve pior, mas até quando? Quanto à situação dos cidadãos de saúde primários no concelho Constância comparada a população do nosso concelho.

hospitais alertando especificamente para a deficiente prestação de cuidados de saúde para consequências evidentes da falta de médicos nos cidadãos de saúde primários e nos preocupação pela degradação progressiva do Serviço Nacional de Saúde com Há anos que os eleitos da CDU na Assembleia Municipal têm vindo a manifestar a sua

Pela Melhoria da prestação de cuidados de Saúde Pela Defesa do Serviço Nacional de Saúde

“Mogão

Anexo II

de médicos e enfermeiros para hospitais privados ou para fora do país não podemos deixar de trazer a esta assembleia municipal a nossa indignação.

Face a esta realidade, a Assembleia Municipal de Constância, reunida a 24 de Junho de 2022 delibera:

Requerer do Governo a adoção de medidas urgentes que garantam a fixação a atração de profissionais de saúde para o setor público e em particular para o interior do país que passam pela valorização das carreiras, progressões e remunerações e que os centros de saúde e hospitais sejam dotados de recursos materiais e técnicos adequados às necessidades dos territórios, que garanta à população um serviço público de saúde universal, de qualidade e acessível para todos.

Sendo aprovada, a moção, deverá ser remetida às seguintes entidades:

Sua Excelência a Ministra da Saúde;

Grupo Parlamentares da Assembleia da República;

Administração Regional de saúde de Lisboa e Vale do Tejo;

Comunicação Social.

Os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária”

Em virtude de terem sido introduzidas nesta Assembleia alterações ao Regulamento e posto à votação, o sentido de voto da CDU era a abstenção.-----

Constância 24 de Junho de 2022 -----

Os Deputados Municipais da CDU: Júlia Amorim; Joaquim José Moura Marques dos Santos; Maria do Rosário Martins e Carmen Silva"-----

Projeto de Regulamento para o exercício da Atividade de Autocaravanismo

"Declaração de voto

Anexo III



Anexo IV

“Declaração de voto

Projeto de Regulamento para o exercício da Atividade de Autocaravanismo

Em virtude de terem sido introduzidas nesta Assembleia alterações ao Regulamento e posto à votação, o sentido de voto da CDU era a abstenção.-----

Constância 24 de Junho de 2022 -----

Os Deputados Municipais da CDU: Júlia Amorim; José Joaquim Moura Marques dos Santos; Maria do Rosário Martins e Carmen Silva”-----

